



**BILHETE
DO SINDICATO**

31 de agosto de 2022

Nº 727

www.metroviarios.org.br

Uma
publicação
do



SINDICATO DOS
**METROVIÁRIOS e
METROVIÁRIAS SP**

✉ sindicato@metroviarios-sp.org.br

f /MetroviariosSP

📷 /Metroviarios_SP

CALOTE NOS STEPS

Categoria decide por **GREVE** em 6/9!

Devido ao não pagamento dos Steps a uma parte da categoria, assembleia decretou Estado de Greve e marcou assembleia para 5/9, com indicativo de greve para o dia seguinte



- ✓ Utilização de adesivo a partir de 1º/9
- ✓ Retirada de uniforme na Operação em 2/9
- ✓ Assembleia em 5/9
- ✓ GREVE em 6/9

O Metrô não está cumprindo o que foi acordado no final da Campanha Salarial deste ano no TRT. Vários companheiros e companheiras que têm direito aos Steps ficaram sem recebê-los em 31/8.

Para forçar

o pagamento, a assembleia on-line realizada nos dias 30 e 31/8 decretou Estado de Greve e ações de luta (veja box acima). A assembleia também aprovou uma declaração para a sociedade denunciando o projeto irresponsável de retirada dos OTs do

monotrilho, para deixá-lo em condições de entregá-lo à iniciativa privada.

Permanência dos OTs no Monotrilho

A presença OT nos trens é a última camada de segurança que o sistema possui

para que não ocorra nenhum incidente e uma possível tragédia. Diante disso, a categoria vai se empenhar em uma forte luta junto à população de toda a região atendida pelo monotrilho para impedir a retirada dos OTs.

5/9

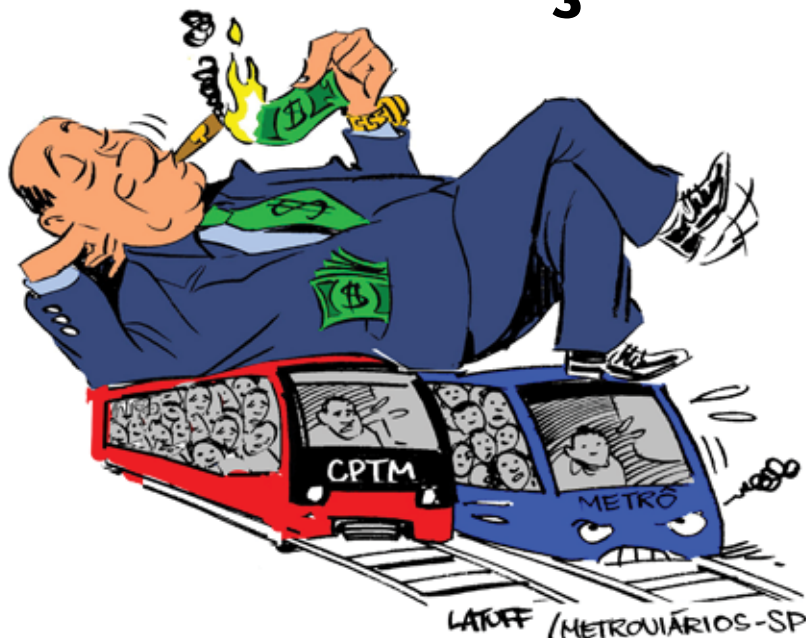
**SEGUNDA-FEIRA
a partir das 18h30**

ASSEMBLEIA HÍBRIDA

No SINDICATO. Pauta: Greve em 6/9 pelo pagamento dos Steps e pela permanência dos OTs no monotrilho. PARTICIPE!



ABSURDO! Metrô e CPTM receberam 0,2% da arrecadação com tarifas



O modelo de partilha de valores arrecadados com a cobrança de tarifas no sistema de transportes estabeleceu regra que dá prioridade às concessionárias privadas, penalizando as linhas estatais do Metrô e CPTM

Uma matéria publicada pelo site MetrôCPTM confirmou que o governo estadual banca o lucro das concessionárias privadas e prejudica profundamente as Linhas 1, 2, 3 e 15 do Metrô e da CPTM.

O governo definiu uma regra que dá prioridade às concessionárias privadas. O dinheiro recebido nas bilheteria e ônibus, além de repasses dos sistemas de bilhetagem como o BOM e o BU, são pagos primeiramente à SPTrans.

O restante é gerenciado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos, que então repassa o valor devido à ViaQuatro e depois à ViaMobilidade. Depois disso o saldo é distribuído para o Metrô e a CPTM.

Esse esquema está cada vez mais penalizando as linhas estatais, já que a arrecadação praticamente não cobre os valores de direito pelo que cada linha transportou. A equação usada para pagar as concessionárias prevê o pagamento de uma tarifa de remuneração por passageiro transportado que não está associado à tarifa do transporte. A disparidade entre o que o sistema cobra do cidadão e o que as empresas privadas recebem só aumenta.

Somente nos últimos cinco anos, a ViaQuatro teve a tarifa de remuneração aumentada em quase 50%, pulando de R\$ 4,04 em 2017 para R\$ 6,01 em 2022. Cada usuário que embarca num trem da L4 hoje causa um prejuízo ao erário público de R\$ 1,60.

Confira os números

Dados obtidos pelo site MetrôCPTM mostram que, em maio deste ano, restaram para o Metrô e a CPTM um valor de apenas R\$ 1,2 milhão na partilha dos valores arrecadados, ou 0,2% do total geral, de R\$ 544 milhões. A SPTrans recebeu R\$ 329 milhões, ou 60% do montante, enquanto a ViaQuatro ficou com R\$ 64 milhões (12%), a ViaMobilidade Linhas 5 e 17, R\$ 40 milhões (7,5%), e a a ViaMobilidade Linhas 8 e 9, R\$ 109 milhões (20%). Ou seja: As concessionárias praticamente esgotaram os recursos vindos do convênio de integração operacional e tarifária.

Fonte: Site MetrôCPTM

A luta pela Periculosidade da Pintura continua!

Contrariando as conclusões do perito judicial e o entendimento majoritário do TST sobre este conceito, a 11ª Turma do TRT, por maioria, deu provimento ao recurso ordinário do Metrô, reformando a sentença que havia condenado a empresa ao pagamento do Adicional de Periculosidade. O Departamento Jurídico do Sindicato recorrerá ao TST, buscando a reforma dessa decisão e a garantia de pagamento do adicional aos trabalhadores.